



Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad

ISSN: 1909-3063

ISSN: 1909-7743

Universidad Militar Nueva Granada

Albuquerque, Fernanda Patrícia Silva; Pacheco, Cristina
Carvalho; Leite, Alexandre Cesar Cunha; Fuccille, Alexandre
A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev
(2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional*

Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y
Seguridad, vol. 16, núm. 1, 2021, Janeiro-Junho, pp. 125-152
Universidad Militar Nueva Granada

DOI: <https://doi.org/10.18359/ries.4764>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92768049007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UAEM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional*

Fernanda Patrícia Silva Albuquerque^a ■ Cristina Carvalho Pacheco^b ■
Alexandre Cesar Cunha Leite^c ■ Alexandre Fuccille^d

Resumo: em 2000, Vladimir Putin assume a presidência da Rússia com a missão de recuperar a economia e reinserir o país no rol de nações classificadas como potência internacional. Entre as áreas estratégicas contempladas, destaca-se o setor energético. O ex-agente da KGB implementou uma política energética baseada no resgate do controle estatal sobre os recursos naturais e no uso das companhias energéticas como instrumento para a consecução dos interesses nacionais. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar a política energética implementada por Putin-Medvedev de 2000 a 2018, os quais se alternaram na condução do país ora como presidente, ora como primeiro-ministro, mas com clara ascendência do primeiro sobre o segundo. O texto está estruturado em

* Artigo de investigação. Este artigo deriva da pesquisa realizada por Fernanda Albuquerque ao longo do mestrado em Relações Internacionais realizado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil, e contou com financiamento concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil. Alexandre Cesar Cunha Leite é bolsista produtividade (PQ2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e agradece a agência pelo financiamento da pesquisa.

a Mestrado em Relações Internacionais. Graduação em Relações Internacionais, UEPB, Campina Grande, Brasil. Correio eletrônico: fernandaalbuquerque0@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5021-8153>

b Pós-doutorado Fellow in International Relations (School of International Service), American University. Doutorado em Ciências Sociais. Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. UEPB, Campina Grande, Brasil. Correio eletrônico: crispcacheco@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1847-180X>

c Pós-doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutorado em Ciências Sociais/Relações Internacionais. Mestrado em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduação em Ciências Econômicas, UEPB, Campina Grande, Brasil. Correio eletrônico: alexccleite@gmail.com orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

d Pós-doutorado, Universidade de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. Correio eletrônico: fuccille@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6779-3311>

três partes, que tratam (1) da renacionalização das companhias do setor energético, (2) do desenvolvimento desse setor — via atração de investimento estrangeiro e modernização da infraestrutura — e, finalmente, (3) da utilização dos recursos energéticos como ferramenta de política externa. Conclui-se que o Kremlin recuperou o controle das maiores companhias energéticas e as utilizou para manter sua tradicional esfera de influência na Eurásia e estabelecer cooperações energéticas com seus principais clientes mundiais, contribuindo, dessa forma, para a recuperação econômica russa e um maior protagonismo internacional.

Palavras-chave: Rússia, política energética, geopolítica, governo Putin, governo Medvedev

Recebido: 03/05/2020 **Aceito:** 20/11/2020 **Disponível on-line:** 7/05/2021

Para citar: Albuquerque, F. P. S., Carvalho, C., Cunha, A. C., & Fuccille, A. (2021). A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional. *Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 16(1), 125–153. <https://doi.org/10.18359/ries.4764>

The instrumentalization of the energy sector under Putin-Medvedev (2000-2018) and the Russian return to the international geopolitical scenario

Summary: In 2020, Vladimir Putin assumed the presidency of Russia with the mission of reclaiming the economy and reinserting the country into the group of nations classified as an international power. Among the strategic areas contemplated, the energy sector stands out. The former KGB agent implemented an energy policy based on the rescue of state control over natural resources and the use of energy companies as an instrument for achieving national interests. In this context, the purpose of the article is to present the energy policy implemented by Putin-Medvedev from 2000 to 2018, who alternated in the country's government, either as president, either as prime minister, but with clear ancestry of the former over the second. The text is structured in three parts: the first, on the renationalization of energy companies; the second, on the development of this sector — by attracting foreign investment and modernizing the infrastructure; and the third, which addresses the use of energy resources as a tool of the foreign policy. It is concluded that the Kremlin regained control of the largest energy companies and used them to maintain its traditional sphere of influence in Euroasia and establish energy cooperation with its major global customers, contributing to Russian economic recovery and international prominence.

Keywords: Russia, energy policy, geopolitics, Putin government, Medvedev government

La instrumentalización del sector energético bajo Putin-Medvedev (2000-2018) y el regreso ruso al tablero geopolítico internacional

Resumen: En el 2020, Vladimir Putin asume la presidencia de Rusia con la misión de recuperar la economía y reinsertar el país en el grupo de naciones clasificadas como potencia internacional. Entre las áreas estratégicas contempladas, se destaca el sector energético. El exagente de la KGB implementó una política energética basada en el rescate del control estatal de los recursos naturales y el uso de las compañías energéticas como instrumento para la consecución de los intereses nacionales. En este contexto, el propósito del artículo es presentar la política energética implementada por Putin-Medvedev del 2000 al 2018, quienes se alternaron en la conducción del país, ya sea como presidente,

ya sea como primer ministro, pero con clara ascendencia del primero sobre el segundo. El texto está estructurado en tres partes: la primera, sobre la renacionalización de las compañías del sector energético; la segunda, sobre el desarrollo de este sector — mediante atracción de la inversión extranjera y la modernización de la infraestructura —; y la tercera, que aborda la utilización de los recursos energéticos como herramienta de la política externa. Se concluye que el Kremlin recuperó el control de las compañías energéticas más grandes y las utilizó para mantener su tradicional esfera de influencia en la Euroasia y establecer cooperaciones energéticas con sus principales clientes mundiales, lo que contribuye para la recuperación económica rusa y un protagonismo internacional.

Palabras clave: Rusia, política energética, geopolítica, gobierno Putin, gobierno Medvedev

Introdução

Em 2000, Vladimir Vladimirovitch Putin é eleito presidente da Federação Russa. Ao assumir o cargo, o dirigente estabelece a “democracia soberana”¹ — contrária à concepção liberal ocidental, em que ressalta a singularidade russa, seus valores distintos² (centralidade do Estado e coletivismo) e a legitimidade de seu regime político (Lankina e Niemczyk, 2015) — e o capitalismo estatal, modelo econômico no qual o Estado tem a função de regulamentar e intervir fortemente na economia, inclusive como acionista e coproprietário de companhias que operam em setores considerados estratégicos, como o energético (Chenoy e Kumar, 2017)³. Tal modelo pode ser traduzido no controle estatal do petróleo, da indústria de defesa, do setor de maquinaria pesada, do ramo de telecomunicação, entre outros empreendimentos que foram renacionalizados ou tiveram grandes investimentos estatais (Goldman, 2008). O governo Putin também limitou as privatizações por meio de regulações estatais e estimulou a recuperação econômica mediante altos gastos governamentais e renacionalização dos principais ativos (Chenoy e Kumar, 2017).

De acordo com Chenoy e Kumar (2017), a economia pós-soviética russa passou por três fases consecutivas: (1) neoliberalismo triunfante e capitalismo predatório (1991-1998); (2) recuperação econômica e reversão em direção ao capitalismo

estatal (1999-2012), e (3) desaceleração econômica e sanções (2013-2016), que, em larga medida, se estende até os dias atuais (ver Gráfico 1). Na primeira fase, durante o governo Boris Yeltsin (1991-1999) e sob a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, foi implementada a “terapia de choque” — reformas para implantar uma economia de mercado extremamente rápida com vistas a liberalizar e privatizar, o que provocou crise econômica, instabilidade política e tensões sociais no país. Nesse período, o produto interno bruto (PIB) caiu pela metade, mais de um terço da população vivia abaixo da linha de pobreza, enquanto a elite — boa parte oriunda da antiga *nomenklatura* — adquiria empresas estatais por preços inferiores ao valor de mercado (Goldman, 2008).

O segundo estágio, já sob Vladimir Putin, foi marcado pela rápida recuperação econômica atribuída à alta nos preços do petróleo e gás (exceto 2008-2009, devido à crise financeira mundial). Além disso, Putin aumentou a intervenção estatal na economia, o que possibilitou a ascensão do “capitalismo de Estado” (Chenoy e Kumar, 2017).

Na última fase, a economia russa declinou devido à queda brusca nos preços do petróleo e do gás no mercado internacional e às sanções impostas por alguns países ocidentais em resposta à anexação da Crimeia pela Rússia na crise da Ucrânia (2014)⁴ (Chenoy e Kumar, 2017). O Gráfico 1 ilustra a evolução do desempenho russo segundo as fases citadas.

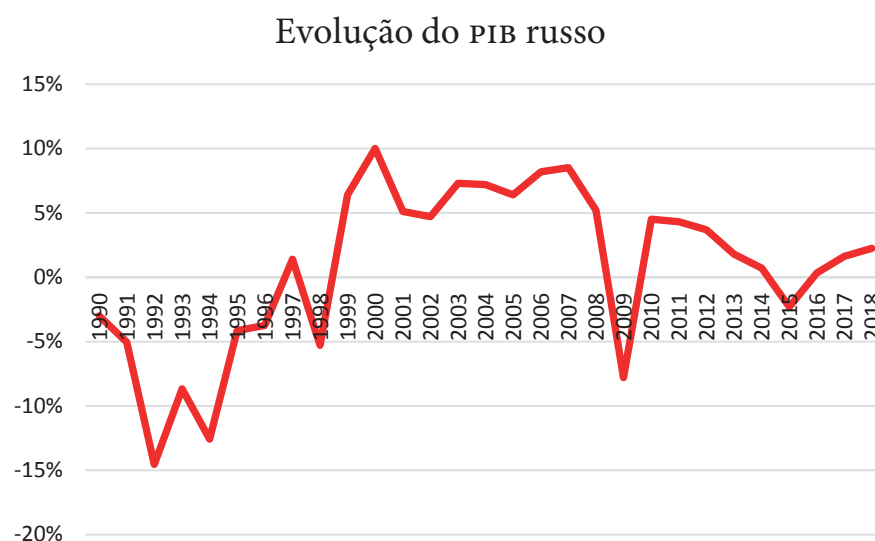
1 Entretanto, autores como Gel'man (2014) e Levitski e Way (2007) sustentam que o regime político russo está longe de ser uma democracia, devido a uma série de violações ao regime democrático, como: eleições fraudulentas e injustas; acesso desigual dos candidatos a recursos financeiros e à mídia; judiciário subordinado politicamente, entre outras.

2 Trenin (2015) afirma que os valores russos incluem a centralidade do Estado entre as instituições sociais e políticas, o patriotismo e a santidade da família, como união de homem e mulher. Os Eslavófilos, grupo nacionalista russo — e apoiadores de Putin —, defendem que, enquanto no Ocidente predomina o individualismo, a essência da Rússia é o coletivismo (Leichtova, 2014).

3 Na China — onde também é adotado o capitalismo estatal —, empresas estatais monopolizam os setores bases da economia (aqueles que são integrados a quase todas as áreas de produção, como energia), enquanto as indústrias derivadas (como as de manufatura de bens de consumo) são liberalizadas e abertas à competição privada (Li *et al.*, 2015).

4 Essa crise abrangeu uma série de protestos, supostamente incentivados pelos Estados Unidos e pela União Europeia, contra a decisão do presidente ucraniano Viktor Yanukovich de não assinar um acordo comercial com a União Europeia. O desfecho da crise envolveu a destituição de Yanukovich da presidência, a anexação da Crimeia pela Rússia e a imposição de sanções à Rússia pelos Estados Unidos e pela União Europeia (*El mundo*, 2014; Ahmed, 2014; Mello, 2014).

Gráfico 1. Evolução do PIB russo em % de crescimento (1990-2018)

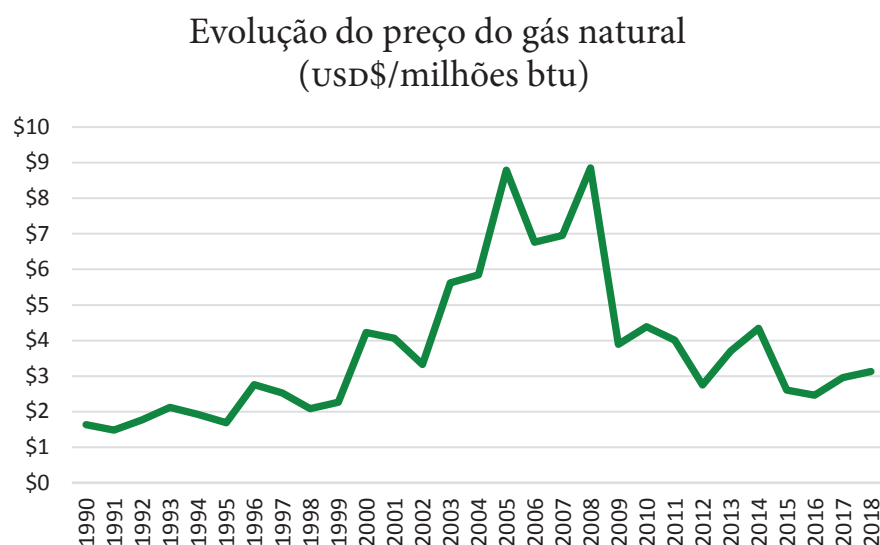


Fonte. Elaboração própria a partir de dados do World Bank (2019).

A queda nos preços do petróleo e do gás a partir de 2013 pode ser explicada com base em quatro pontos: (1) a economia chinesa, que havia passado por expansão e rápido crescimento nos anos 2000, desacelerou a partir de 2010, o que demandou menos petróleo; (2) os Estados Unidos iniciaram a produção de óleo de xisto e o Canadá, de petróleo bruto, com ambos diminuindo suas importações de petróleo (Depersio, 2019); (3) a baixa na demanda europeia e (4) a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo de manter a

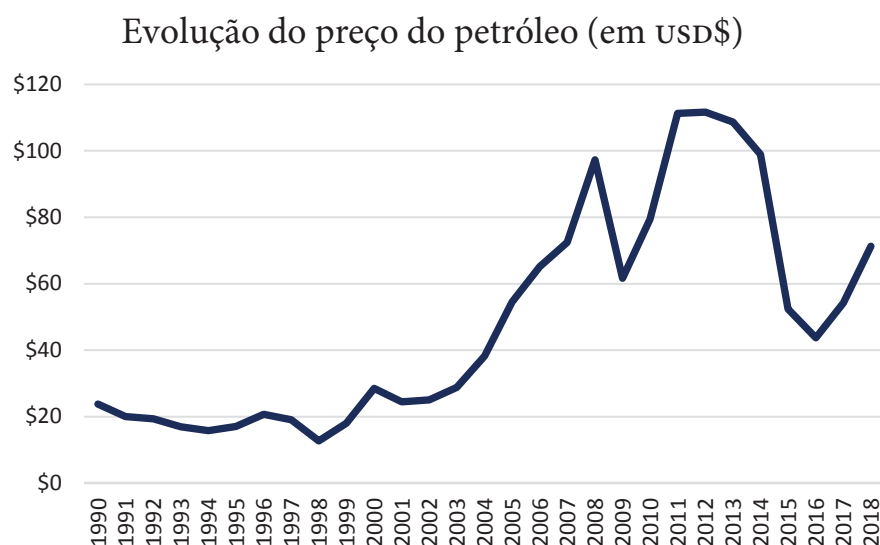
produção estável ao invés de realizar cortes como fez em 1999 e 2001 (Lioudis, 2018).

O gráfico anterior combinado aos seguintes (Gráficos 2 e 3) ilustram o argumento de que, no período de 1990 a 2018, a economia russa acompanha o comportamento dos preços dos recursos energéticos. Portanto, visto que a curva do PIB russo é sensível à oscilação no preço do petróleo e do gás natural no mercado, torna-se essencial entender a importância dos recursos energéticos na economia russa.

Gráfico 2. Evolução do preço do gás natural em USD \$/milhões de btu* (1990-2018)

*btu: british thermal unit (unidade térmica britânica).

Fonte. Elaboração própria a partir de dados da British Petroleum (BP, 2019a).

Gráfico 3. Evolução do preço por barril de petróleo cru em USD \$ (1990-2018)

Fonte. Elaboração própria a partir de dados da BP (2019a).

Desde 1921, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) investia no desenvolvimento do setor energético. O aumento da produção e da exportação de petróleo e gás possibilitou o crescimento econômico e o estabelecimento de uma esfera de influência soviética nos Estados do Leste Europeu. Até a crise de 1973, esses países importavam gás e

petróleo russos a preços mais baixos e, após essa data, essas negociações começaram a ser realizadas a preço de mercado (Mohaptra, 2013). Mesmo tendo investido no ramo energético desde a década de 1920, os soviéticos surgiram como exportadores relevantes de petróleo apenas na década de 1960 e de gás natural na década de 1970 (Yergin, 2014).

Atualmente, o petróleo e o gás são responsáveis por mais da metade (58,7 %) das exportações de bens (World Bank Group, 2018, p. v) que, somadas à exportação de serviços, equivalem a mais de um quarto (30,7 % em 2018) do PIB russo (World Bank, 2019). Assim, quase dois terços das exportações do gigante asiático são de recursos energéticos⁵, sobretudo petróleo e gás natural (Chenoy e Kumar, 2017; Goldman, 2008).

Quando Putin assumiu a presidência, já havia relativa estabilidade no mercado; instituições financeiras iniciavam seu desenvolvimento, e a economia começava a se recuperar em razão, sobretudo, da elevação no preço e na demanda dos minerais, especialmente o petróleo e o gás natural (Chenoy e Kumar, 2017; Goldman, 2008). Vale salientar que, além desse fator externo, o governo Putin adotou uma política energética que contribuiu para recuperar a Rússia da crise econômica que a nação mergulhou na década de 1990 e reinserir o país como potência internacional — objetivos primordiais desse governo (Chenoy e Kumar, 2017; McNabb, 2016).

Essa nova política energética foi baseada no resgate do controle estatal sobre os recursos naturais abundantes e propôs o uso das companhias energéticas para a consecução dos interesses nacionais (Goldman, 2008). Para melhor utilizá-las, Putin (1999) buscou desenvolver o setor energético por meio de incentivos ao investimento estrangeiro direto (IED) e a expansão de *pipelines*. Essas ações tomadas por Putin já haviam sido abordadas em seu artigo *“Mineral natural resources in the strategy for development of the Russian economy”*, publicado em 1999.

O conceito de segurança energética — necessidade de um “fornecimento adequado/estável a um preço razoável” (Baumann, 2008, p. 4) — ajuda a explicar a decisão russa de se fundamentar no setor energético. O Ministério de Energia russo define segurança energética como a “proteção do

país — cidadãos, sociedade, Estado e economia — das ameaças ao fornecimento estável de combustível e energia”, sendo determinada pela suficiência de recursos, pela rentabilidade econômica e pela admissibilidade ecológica e tecnológica. Pela compreensão estratégica russa, investir no setor energético não se deve somente à abundância de recursos naturais na Rússia e à presença de uma infraestrutura de extração, processamento e distribuição já desenvolvida, mas a crucial importância da energia para o desempenho político e econômico russo (Baumann, 2008). Além do proveito interno/doméstico, a indispensabilidade da energia para os Estados torna o poder energético russo útil também na política externa.

Este trabalho pretende responder à seguinte pergunta: como a Rússia se reinseriu no cenário internacional após a dissolução da URSS? Defende-se a hipótese de que a política energética tenha sido a principal estratégia empregada pelo presidente Putin que contribuiu significativamente para a recuperação econômica e a reinserção da Rússia como potência internacional. O objetivo da pesquisa é apresentar a política energética implementada por Putin entre 2000 e 2018, inclusive o período em que foi primeiro-ministro de Dmitri Medvedev (2008-2012). Para tanto, o artigo divide-se em três partes: a primeira aborda a renacionalização das companhias do setor energético; a segunda apresenta o desenvolvimento do setor — via atração de IED e modernização da infraestrutura, e a terceira analisa a utilização dos recursos energéticos como ferramenta de política externa. A metodologia empregada tem caráter qualitativo, dedutivo, bibliográfico e documental, além de exploratório e descritivo.

Renacionalização do setor energético

De acordo com Goldman (2008), Vladimir Putin esboçou um plano para a recuperação da Rússia e o reestabelecimento da influência política e econômica do país no sistema internacional, ressaltando a riqueza estratégica (recursos energéticos) disponível e defendendo o resgate do controle estatal sobre os recursos naturais abundantes, propondo o uso

5 A Rússia possui a maior reserva mundial de gás natural (19,8 %), a segunda maior reserva de carvão (15,2 %), atrás dos Estados Unidos (23,7 %), e a 6ª maior reserva mundial de petróleo (6,1 %), atrás da Venezuela (17,5 %), da Arábia Saudita (17,2 %), do Canadá (9,7 %), do Irã (9 %) e do Iraque (8,5 %) (BP, 2019a).

das companhias energéticas para a consecução dos interesses nacionais. Partindo do entendimento de que essa civilização milenar deveria comandar essas empresas e integrá-las verticalmente para poder competir com as empresas ocidentais, Moscou vislumbrava que se tornar uma superpotência energética seria o melhor caminho para a Rússia reconquistar o *status* do país.

Conforme a BP (2019b), a Rússia é o maior exportador de petróleo (12,8 %) e gás natural via gasoduto⁶ (27,6 %) do planeta, ocupando o posto de terceiro produtor mundial de petróleo (com 12,6 %, atrás apenas dos Estados Unidos, com 15 %, e da Arábia Saudita, com 12,9 %), segundo maior produtor de gás natural (com 17,3 %, superado pelos Estados Unidos, com 21,5 %) e sexto produtor mundial de carvão (com 5,6 %, depois da China, dos Estados Unidos, da Indonésia, da Índia e da Austrália). Isso representa, por exemplo, que a Rússia sozinha tem condições de garantir o suprimento de gás natural para Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Estados europeus centrais, Estados bálticos, Balcãs, Finlândia, Eslováquia, Grécia e Turquia (Cesnakas, 2016).

O Complexo de Energia e Combustível (*Fuel and Energy Complex*) — composto pelas indústrias de extração de petróleo bruto, refinamento do óleo cru, gás natural, carvão, energia nuclear, eletricidade, combustível fóssil, e pelos gasodutos, oleodutos e outras infraestruturas de transferência de energia — é um dos complexos industriais mais relevante do mercado global e o setor mais importante da economia russa, responsável pela estabilidade interna e pelo potencial geopolítico do país (Kuznetsova, N. e Kuznetsova, E., 2015).

Ciente da importância dos recursos energéticos para economia russa, Putin buscou recuperar o controle estatal do setor energético por meio das seguintes medidas: (1) nacionalização do setor sob três grandes empresas, a Gazprom (produtora de gás natural), a Rosneft (produtora de petróleo) e a Transneft (que monopoliza o transporte de petróleo por oleodutos); (2) estabelecimento de controle

estatal sob a exploração de petróleo e gás natural (Haines e Brandalise, 2018); (3) instauração de lei que requer que investimentos externos acima de 10 % no ramo de petróleo e gás necessitem de aprovação do Kremlin; (4) criação e controle de rotas para o escoamento dos recursos energéticos (Mohapatra, 2013); (5) estabelecimento do monopólio de exportação de gás pela Gazprom; (6) inserção de empresas russas nos projetos energéticos com financiamento estrangeiro (Cesnakas, 2016) e (7) investimento na construção de dutos na Ásia Central e no Nordeste Asiático (Sussex, 2014). Ademais, o Kremlin buscou fortalecer e internacionalizar as companhias energéticas (Haines e Brandalise, 2018). Nesse novo quadro,

[...] acredita-se que uma das principais mudanças políticas e econômicas ocorridas na Rússia a partir da entrada de Vladimir Putin é o papel central que os recursos energéticos passaram a ter na consolidação do Estado russo no cenário internacional, a partir dos recursos econômicos obtidos por meio das exportações de energia — que garantiram a recuperação interna do país e atuação no nível regional — e investimentos atraídos e realizados por empresas do ramo energético [...] A partir de suas empresas energéticas, o país cria vínculos de interdependência, podendo reorientar suas exportações e investimentos para áreas estratégicas e garantir, assim, a reafirmação russa no cenário internacional. (Haines e Brandalise, 2018, pp. 10, 14)

Putin transformou as companhias energéticas em “*national champions*”, empresas cujo foco reside prioritariamente na promoção dos interesses estatais e na inserção competitiva no cenário global ao invés de maximização do lucro. Nesse caso, pelo menos 50 % das ações das empresas energéticas pertenceriam ao Estado, porém, com “pressão e orientação adequada”, empresas privadas também poderiam servir como “campeãs nacionais”. No campo doméstico, elas deveriam manter a energia a preço baixo como forma de subsídio para a população e, no ambiente internacional, deveriam suspender o fornecimento energético a países que se recusassem a apoiar a política externa russa. Para concluir o processo e valendo-se muitas vezes de ameaças de processo judicial e assédios de

6 O maior exportador de gás natural liquefeito é o Qatar, responsável por 24,3 % das exportações mundiais (BP, 2019).

autoridades fiscais, o dirigente russo demitiu oligarcas poderosos da liderança de empresas (como a demissão de Viktor Chernomyrdin da Gazprom) e colocou na chefia pessoas mais propensas a seguir as ordens do governo. Ao fim do seu segundo mandato em 2008, Putin já havia revertido o processo de privatização (Goldman, 2008). Após sua reeleição em 2012, muitos de seus assistentes de confiança passaram a ocupar cargos de administração das grandes corporações energéticas, como Victor Zubkov na direção da Gazprom e Igor Sechin e Andrey Belousov na direção da Rosneft (Xu e Reisinger, 2019).

Em razão do anteriormente exposto, atualmente a maioria das empresas energéticas russas são formadas por capital misto. As cinco maiores companhias energéticas da Rússia — segundo a *Forbes* (2018) — são, em ordem decrescente: Gazprom, Rosneft, LUKoil, Surgutneftegas e Novatek. Tanto na Gazprom quanto na Rosneft, apenas para ilustrarmos, encontramos importantes sócios estrangeiros como o estadunidense Bank of New York Mellon (que detém 24,13 % das ações da gigante de gás) e, no caso da petroleira, a britânica BP, com 19,75 %, e a catarense QH Oil Investments LLC, com 18,93 % de participação (Gazprom, 2018; Rosneft, 2019). LUKoil⁷, Surgutneftegaz⁸ e Novatek⁹ permanecem com capital majoritariamente privado, porém todas se comportam como empresas estatais, como *national champions* (Goldman, 2008; Clover, 2013a; Gustafson, 2020). Assim, o Kremlin conseguiu recuperar o controle das maiores companhias energéticas, pois, independentemente de

serem estatais ou privadas, elas agem fundamentalmente conforme o interesse estatal.

Ao mesmo tempo, as empresas privadas eram lembradas periodicamente que operavam por permissão do Estado. O governo russo enviava funcionários para inspecionar, assediar e importunar (Goldman, 2008). Nos anos 2000, quase todas as companhias energéticas privadas (estrangeiras ou nacionais) na Rússia foram sujeitas a esses “assédios”. Várias acusações de poluição foram feitas a grupos internacionais — Royal Dutch Shell, Mitsui e Mitsubishi no projeto Sakhalin II; Exxon no projeto Sakhalin I; TNK-BP no projeto de gás próximo a Irkutsk — com o intuito de abrir caminho para Rosneft e Gazprom nessas empresas (Kramer, 2007; Kundnani, 2006). A partir do momento que a Gazprom se tornou acionista, as acusações de poluição, coincidentemente, desapareceram (Goldman, 2008).

Além de renacionalizar as companhias energéticas, o “novo czar” adotou medidas para desenvolver e aumentar a eficiência do setor energético. Essas ações serão abordadas a seguir.

Desenvolvimento do setor energético

A centralidade do setor energético para o desenvolvimento russo é destacada desde os tempos da URSS. Contemporaneamente, o presidente russo afirmava que o fator estratégico no crescimento da economia russa, no curto prazo, envolveria a reestruturação da economia nacional com base nos recursos minerais disponíveis a fim de aumentar sua eficácia. Porém, a principal dificuldade apontada para elevar a eficiência desses recursos seria reorganizar as estruturas de produção com sistemas de planejamento e distribuição isolados do mercado mundial. Conforme esse raciocínio, o isolamento tende a gerar baixo nível de eficiência e falta de capacidade competitiva no comércio internacional, e, consequentemente, desestímulo à produção e à liquidação de muitos empreendimentos. Somados ao isolamento do mercado mundial, os empreendimentos extrativos não possuíam investimentos adequados para a expansão ou até mesmo para continuar sua produção básica (Putin, 1999). Uma

7 Os principais acionistas da LUKoil são indivíduos e empresas russas: Vagit Alekperov (24,8 %), Lukoil Investment Cyprus (16 %), Leonid Fedun (9,8 %) e IFD Kapital (8 %) (Rusletter, 2018; Mordyushenko, 2018).

8 Conforme o *Voice of America* (2014), a Surgutneftegas possui cerca de 33.800 acionistas, alguns dos quais são funcionários da própria empresa. Clover (2013) afirma que a posse da Surgutneftegas é um “enigma” desde 1994, quando a companhia foi privatizada.

9 Os acionistas da Novatek estão assim distribuídos: Genady Timchenko (bilionário russo amigo de Putin) com 23,5 % das ações, Total S.A. (multinacional francesa) com 16,3 %, a Gazprom com 9,99 %, Levit OOO (empresa privada russa) com 7,32 % e a Optima ooo (empresa privada russa) com 2,30 % (Market Screener, 2019).

vez eleito presidente em 2000, Vladimir Putin adotou medidas para atrair investimentos e reverter esse quadro de isolamento.

Já em julho de 1999, era instituída a *Federal Law on Foreign Investments* (Lei Federal N 160-FZ), a qual, para Akgun *et al.* (2015), foi uma tentativa de criar um ambiente favorável ao recebimento de IED. Sofrendo oito modificações ao longo do governo Putin-Medvedev (em março e julho de 2002, dezembro de 2003, julho de 2005, junho de 2006, junho de 2007, abril de 2008 e julho de 2011), essa lei fornece as garantias básicas dos direitos dos investidores estrangeiros quando das inversões aos ganhos e aos lucros obtidos sobre elas, e os termos e as condições dos empreendimentos de investidores estrangeiros na Rússia. Ainda, tem como finalidade proporcionar um ambiente estável para as atividades dos investidores externos e o cumprimento do tratamento legal aos IEDs, conforme as disposições do direito internacional e as práticas internacionais de cooperação de investimento; objetiva também atrair e utilizar de maneira eficiente recursos materiais e financeiros estrangeiros, maquinário e tecnologia avançados, e experiências gerenciais na economia russa (UNCTAD, 1999).

Adicionalmente, o governo também alterou o Código Tributário (*Tax Code*). Após as mudanças, os investidores externos obtiveram duas isenções: (1) de todos os pagamentos e impostos (exceto imposto sobre valor agregado, imposto de renda, impostos relativos a recursos naturais, impostos sobre a terra e direitos alfandegários) durante o período de contratos, e (2) dos impostos federais, regionais e locais. A partir de janeiro de 2002, houve modificações nas declarações de imposto sobre

valor agregado, resultando em incentivos aos investimentos na Rússia (Akgun *et al.*, 2015).

Em 2005, era aprovada a *Federal Law N116- FZ on Special Economic Zones in the Russian Federation*, cujo objetivo era atrair investimentos para fora de Moscou e das regiões ricas em recursos e criar polos de crescimento econômico nesses locais (Makarov e Morozkina, 2015). Foram criadas 30 zonas econômicas especiais que, apesar dos incentivos, não atraíram investidores porque suas localizações foram escolhidas com base em critérios não econômicos. Outra ação que objetivava atrair IED foi a criação, em 2011, do *Russian Direct Investment Fund*. Esse fundo possibilita investimentos conjuntos de investidores externos, o que proporciona um compartilhamento dos riscos e consequente diminuição deles para os investidores (Akgun *et al.*, 2015; Makarov e Morozkina, 2015).

A entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio, em 2011, foi vista como uma medida importante para atrair IED ao país e aumentar a segurança jurídica dos investimentos. Contudo, seus resultados foram controversos, e o grande salto econômico não se concretizou.

No geral, a introdução dessas ações elevou o investimento estrangeiro no país, conforme podemos perceber no Gráfico 4. Os IED que estavam praticamente estagnados nos anos 1990 aumentaram consideravelmente a partir de 2002. Os dois momentos de queda, 2009 e 2015, podem ser explicados pela crise econômica e financeira mundial (2008) e pelas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia em virtude da crise na Ucrânia (2014) e da anexação da Crimeia pela Rússia.

Gráfico 4. Fluxo de entrada de IED na Rússia (1992-2018), em milhões de dólares\$



Fonte. Elaboração própria a partir de dados da UNCTAD Stat (2020).

Na Tabela 1, a seguir, observa-se que 11,1 % dos IEDs entre 2010 e 2017 foram aplicados no setor energético, o que é significativo, considerando que

o ramo energético foi superado apenas por atividades financeiras, comércio e fabricação.

Tabela 1. IED na Rússia, em milhões de dólares\$, por atividade econômica (2010-2017)

Atividade econômica	2010-2017	
	Milhões de dólares	%
Atividades financeiras e de seguro	\$ 303.234,47	23,7%
Comércio no atacado e varejo; conserto de automóveis e motos	\$ 286.462,75	22,4%
Fabricação	\$ 256.691,05	20,1%
Inclui:		
Metais básicos e produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	\$ 78.072,55	6, 11%
Alimentos, bebidas e produtos de tabaco	\$ 50.264,93	3,9%
Coque e produtos petrolíferos refinados	\$ 35.193,50	2,8%
Substâncias químicas e produtos químicos; produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas	\$ 29.273,03	2,3%
Mineração e extração	\$ 163.770,16	12,8%
Inclui:		
Mineração e extração de combustíveis e materiais energéticos (carvão fóssil, linhite, petróleo bruto, gás natural)	\$ 141.670,78	11,1%
Outras atividades de serviço	\$ 57.756,82	4,5%
Atividades imobiliárias	\$ 56.548,00	4,4%
Construção	\$ 35.775,39	2,8%

Atividade econômica	2010-2017	
	Milhões de dólares	%
Informação e comunicação	\$ 34.217,32	2,7%
Transporte e armazenamento	\$ 24.811,10	1,9%
Outros	\$ 58.381,52	4,6%

Fonte. Elaboração própria a partir de dados do The Central Bank of the Russian Federation (2018).

A Tabela 2 apresenta o fluxo de investimentos estrangeiros na Rússia entre 2007 e 2018. Para explicar a origem desses investimentos, é necessário abordar primeiro os investimentos que a Rússia realiza no exterior. Os principais destinos dos IEDs feitos pela Rússia são paraísos fiscais ou países europeus que garantam absoluto sigilo e que possuam plano fiscal favorável (como Holanda, Suíça e Áustria). Geralmente, a Rússia investe no exterior para assegurar benefícios fiscais estáveis ou para lavagem de dinheiro, o que, conforme Makarov e Morozkina

(2015), sugere potencial reinvestimento no próprio país. Nos últimos anos, segundo os mesmos autores, mais da metade da entrada de IED no país provém de paraísos fiscais. Levando-se em conta que a maior parte desses IEDs é uma porcentagem considerável do capital que provém de Estados europeus são de países com baixíssimos tributos sobre investimento, Makarov e Morozkina (2015) concluem que a maioria desse recurso é, na verdade, de origem russa e, portanto, “o volume total de IED para a Rússia não deve ser superestimado” (p. 53).

Tabela 2. Balanço dos fluxos de IED da Rússia em milhões de dólares\$ (2007-2018)

Origem de IED na Rússia	Milhões de USD\$	Destino do IED da Rússia	Milhões de USD\$
Chipre	\$ 66.282,00	Chipre	\$ 184.886,00
Holanda	\$51.663,00	Ilhas Virgens Britânicas	\$ 91.021,00
Ilhas Virgens Britânicas	\$ 39.363,00	Namíbia	\$ 31.810,00
Bahamas	\$ 32.343,00	Suíça	\$ 24.177,00
Reino Unido	\$ 30.792,00	EUA	\$ 18.108,00
Luxemburgo	\$ 30.456,00	Reino Unido	\$ 18.038,00
Bermudas	\$ 30.351,00	Áustria	\$ 17.699,00
Alemanha	\$ 24.816,00	Alemanha	\$ 13.273,00
Irlanda	\$ 23.667,00	Turquia	\$ 12.874,00
Singapura	\$ 21.065,00	Luxemburgo	\$ 12.842,00
França	\$ 16.663,00	Bermudas	\$ 12.185,00
Suíça	\$ 12.827,00	Singapura	\$ 11.530,00
EUA	\$ 9.989,00	Bielorrússia	\$ 11.415,00
Suécia	\$ 9.469,00	Bahamas	\$ 7.562,00
Áustria	\$ 8.604,00	Espanha	\$ 7.151,00
Jersey	\$ 5.677,00	Irlanda	\$ 6.954,00
Gibraltar	\$ 4.868,00	Cazaquistão	\$ 6.296,00

Origem de IED na Rússia	Milhões de USD\$	Destino do IED da Rússia	Milhões de USD\$
Finlândia	\$ 4.476,00	Ucrânia	\$ 5.820,00
China	\$ 4.191,00	Gibraltar	\$ 5.722,00
Japão	\$ 3.664,00	França	\$ 4.692,00
Outros	\$ 52.838,00	Outros	\$ 64.101,00

Fonte. Elaboração própria a partir de dados do The Central Bank of the Russian Federation (2019a, 2019b).

Não obstante, é relevante salientar que, dos 20 países listados na Tabela 2 como os principais investidores externos na Rússia, apenas seis (Chipre, Ilhas Virgens Britânicas, Suíça, Estados Unidos, Áustria e Gibraltar) receberam IED da Rússia (*outward FDI*) em quantias superiores a seus investimentos na Federação Russa, o que poderia compor os “*pseudo-FDI*” (falsos IEDs). Assim, outros 14 Estados realizaram investimentos na Rússia em quantias superiores às recebidas pelo mesmo país, o que permite intuir que pelo menos esses IEDs são “verdadeiros/autênticos” e não constituem reinvestimento de capital russo na própria Rússia.

Antes da chegada ao Kremlin, Vladimir Putin (1999/2006) já apontava a importância de atrair IED para o setor energético, porém ressaltando que

Moscou deveria reter controle sobre a parte operacional e sobre a permissão dos investimentos. Logo, não importa quem seja dono das companhias, o Estado deveria regular e coordenar suas atividades.

Independentemente de quem é a posse dos recursos naturais e, em particular, dos recursos minerais, o Estado tem o direito de regular o processo do seu desenvolvimento e uso, agindo no interesse da sociedade como um todo e dos proprietários individuais, cujos interesses entram em conflito uns com os outros [...] (Putin, 1999/2006, p. 52, tradução nossa)

Quanto ao isolamento do setor energético russo em relação ao mercado mundial, as Tabelas 3 e 4 revelam a expansão de *pipelines* durante a administração Putin-Medvedev.

Tabela 3. Principais oleodutos da Rússia (em operação)

Oleoduto	Capacidade (milhões de barris por dia)	Rota	Conclusão
Druzhba	2	Rota Setentrional: Rússia, Bielorrússia, Polônia até Alemanha; Rota Meridional: Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Eslováquia, República Tcheca e Hungria.	1964
Baku-Novorossiysk Pipeline	0,1	Baku (Azerbaijão) até o Porto de Novorossiysk (Rússia) na costa do Mar Negro.	1996
Baltic Pipeline System 1	1,5	Yaroslavl (Rússia) até o Terminal de Primorsk (Rússia) no Golfo da Finlândia, conecta-se ao Druzhba.	2001
Baltic Pipeline System 2	0,6	Urecha (Rússia) até o Terminal de Primorsk (Rússia) no Golfo da Finlândia, conecta-se ao Druzhba.	2012
Caspian Pipeline Consortium (CPC)	1,3	Campo Petrolífero de Tengiz (Cazaquistão) até o Porto de Novorossiysk (Rússia) na costa do Mar Negro.	2001

Oleoduto	Capacidade (milhões de barris por dia)	Rota	Conclusão
Omsk-Pavlodar-Atasu Pipeline	0,2	Omsk (Rússia), Refinaria de Pavlodar (Cazaquistão) até Alashankou (China).	Uma parte originalmente concluída em 1980. O trecho Atasu-Alashankou foi concluído em 2005.
TransSakhalin	0,2	Do Norte ao Sul da Ilha de Sakhalin (Rússia).	2008
Eastern Siberia-Pacific Ocean (ESPO) Pipeline	ESPO-1 – 1.6 ESPO-2 – 1.0 China spur – 0.6	ESPO-1 (Taishet-Skovorodino, ambas na Rússia), ESPO-2 (Skovorodino-Kozmino, ambas na Rússia), China Spur: Skovorodino (Rússia) até Daqing (China).	ESPO 1 -2009; China Spur-2010; ESPO 2 - 2012
Purpe-Samotlor Pipeline	0,5	Campos Petrolíferos de Yamal-Nenets (Rússia) e Rio Ob (Rússia), conecta-se ao ESPO.	2011
Zapolyarye-Purpe Pipeline	0,6	Campos Petrolíferos de Zapolyarye (Rússia) e Yamal-Nenets (Rússia), conecta-se ao Purpe-Samotlor Pipeline e ESPO.	2017
Kuyumba-Taishet	0,16	Campos petrolíferos de Yurubcheno-Tokhomskoye e Kuyumba (Rússia), conecta-se ao ESPO.	2017

Fonte. Elaboração própria a partir de dados da EIA (2017) e New Europe (2008).

A maioria (17 de 22) dos principais *pipelines* russos foi concluída ou começou a ser construída durante o governo Putin-Medvedev — valendo destacar o *Blue Stream* que começou a ser construído em 2001 (Gazprom), o ESPO 1 (*Eastern Siberia-Pacific Ocean*) em 2006 (Konończuk, 2008), o *Baltic Pipeline System 2* em 2009 (Hydrocarbons Technology), o *Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok* em 2009 (Gazprom a), o ESPO 2 em

2010 (Transneft), o *Nord Stream 1* em 2010 (Gazprom b), o *Zapolyarye-Purpe Pipeline* em 2012 (Hydrocarbons Technology a), o *Kuyumba-Taishet* em 2012 (Transneft), o *Power of Siberia* em 2014 (Gazprom c), o *TurkStream* em 2017 (Gazprom d) e o *Nord Stream 2* em 2018 (Gazprom e). Evidencia-se, então, o esforço bem-sucedido dessa gestão para superar o problema de isolamento do mercado mundial que o setor energético sofria.

Tabela 4. Principais gasodutos da Rússia

Gasoduto	Status	Capacidade (bilhões m ³ por ano)	Rota	Conclusão/ Início de operações
Soyuz and Brotherhood (Urengoy-Pomary-Uzhgorod)	Em operação	100	Rússia, Ucrânia até Eslováquia. Na Eslováquia, divide-se em direção à República Tcheca e à Áustria.	1967
Yamal-Europe	Em operação	32,9	Rússia, Bielorrússia, Polônia e Alemanha	1996
Blue Stream	Em operação	16	Rússia até Turquia via Mar Negro	2002/2003
TransSakhalin	Em operação	--	Do Norte ao Sul da Ilha de Sakhalin (Rússia)	2008

Gasoduto	Status	Capacidade (bilhões m ³ por ano)	Rota	Conclusão/ Início de operações
Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok	Em operação	5,5	Da Ilha de Sakhalin até Vladivostok (Rússia)	2011
Nord Stream	Em operação	55	Rússia até Alemanha via Mar Báltico	2011
Nord Stream 2	Em construção	55	Rússia até Alemanha via Mar Báltico	Planejado para 2020
Urengoy-Ukhta, Bovanenkovo-Ukhta, and Ukhta-Torzhok	Em operação	--	Campo de Gás de Urengoy e Bovanenkovskoye, Ukhta até Torzhok (Rússia)	Bovanenkovo – Ukhta – Torzhok: 2012; Bovanenkovo – Ukhta 2: 2017; Ukhta – Torzhok 2: 2018
TurkStream	Em operação	31,5	Rússia até Turquia via Mar Negro	2018/2020
Power of Siberia 1	Em operação	38	Campos de Gás de Kovytinskoye e Chayandinskoye (Rússia) até Blagoveshchensk (fronteira com a China).	2019
Power of Siberia 2	Em planejamento	--	Construção de um acesso da Rússia até China	--

* O Power of Siberia 1 tem uma parte da obra prevista para entrega em 2022.

Fonte. Elaboração própria a partir de dados da eia (201722-23), Gazprom f (2018), Gazprom Export (2019), Deutsche Welle (dw, 2019), Tass (2019) e Forbes (2019).

Apesar de alguns *pipelines* listados nas Tabelas 3 e 4 não ultrapassarem as fronteiras da Rússia, eles conectam as regiões de exploração e produção de petróleo e gás no interior do país a dutos internacionais (como Baltic Pipeline System 1 e 2, que se unem ao Druzhba; os oleodutos Purpe-Samotlor Pipeline, Zapolyarye-Purpe Pipeline e Kuyumba-Taishet, que se interligam ao ESPO; os gasodutos TransSakhalin e Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok, que se conectam ao Power of Siberia), cumprindo assim a função de romper com o isolamento da infraestrutura russa em relação ao mercado mundial.

Inicialmente previsto para conclusão em 2019, o atraso do Nord Stream 2 deve-se, sobretudo, à hesitação da Dinamarca em autorizar a travessia do gasoduto em suas águas territoriais e às sanções impostas pelos Estados Unidos a empresas envolvidas na construção do Nord Stream 2 (e TurkStream), que provocaram a suspensão da participação no projeto da empresa Allseas, responsável pela instalação dos tubos (Ellyatt, 2019; dw, 2019).

Tagliapietra (2018) e Francis (2018) defendem que a construção dos gasodutos Nord Stream 2 e TurkStream, cujos trajetos contornam a Ucrânia, não pretende elevar o volume de gás para a Europa, objetivando apenas substituir os fluxos de gás que atravessam o território ucraniano. Com isso, a Rússia ganharia maior liberdade de ação em seu relacionamento com a Ucrânia. Siddi (2018) afirma que, com o Nord Stream 1 em funcionamento desde 2011, as exportações de gás russo via Ucrânia caíram de 80 % para 39 % em 2015.

Como observado, a Rússia adota uma política nacionalista no setor energético com o estabelecimento cada vez maior de controle estatal sobre as empresas, a distribuição e a aplicação de preços dos recursos minerais. A despeito de autores como Proinska (2007) e Baumann (2008) condenarem o nacionalismo na política energética — por diminuir a livre concorrência e facilitar o uso de recursos energéticos pelo Estado fornecedor como “arma política” —, essa prática possibilita aos Estados fornecedores utilizar seus recursos como instrumento de barganha no sistema internacional tanto para

conseguir espaço nesse sistema, no caso dos Estados pequenos, quanto para expandir sua esfera de influência, como o caso russo. O próximo tópico analisará, justamente, essa instrumentalização dos recursos energéticos na política externa russa.

Setor energético como instrumento de política externa

Após renacionalizar e desenvolver o setor energético, Vladimir Putin colocou em prática sua ideia de “*national champions*”, ou seja, utilizar as empresas energéticas sob controle estatal para promover os interesses nacionais, o que na prática correspondeu à manipulação de preços e do fornecimento energético de acordo com a política externa russa.

Os recursos energéticos na política externa podem ser tanto um fim como um meio. Para os Estados consumidores, os recursos energéticos são a finalidade da política externa e, para obtê-los, os Estados “transferem seu poder econômico através do comércio” ou fazem uso de ameaças, chantagem e práticas militares — como a ocupação de regiões produtoras de petróleo e gás; já para os países fornecedores, os recursos energéticos são ferramentas que permitem transformar poder energético em outros tipos de poder e assim aumentar o poder relativo do Estado no sistema internacional (Cesnakas, 2016).

O uso de recursos energéticos como ferramenta de política externa se divide em “instrumento de coação” e “instrumento de persuasão”. Para atingir seus objetivos, Putin e Medvedev adotaram ambos, lançando mão desde promessas de redução do preço dos recursos energéticos, perdão das dívidas e propostas para aumentar o fornecimento, até elevação dos preços, cobrança de dívidas e bloqueio de fornecimento energético (Cesnakas, 2016).

Tal manipulação é possível, pois, segundo Proinska (2007), a concepção de segurança energética depende de onde se encontra o ator na cadeia de fornecimento energético: enquanto para os exportadores (como a Rússia) o que importa é assegurar a demanda para seus recursos energéticos, os consumidores estão preocupados com o risco da interrupção do fornecimento (e com a vulnerabilidade da dependência de importação) e, por isso, se

submetem a certas pressões. Seguem alguns casos ilustrativos de como essa relação ocorre.

No inverno de 1993, a Rússia bloqueou todo o suprimento de gás da Turquia para a Europa. O fornecimento só foi liberado quando a Turquia concordou em realizar uma parceria com a Rússia na região turca do Mar Cáspio. Conforme o acordo, a Gazprom seria a majoritária com 46 % das ações na região petrolífera (Mohapatra, 2013). De acordo com McNabb (2016), entre 2000 e 2006, a Rússia cortou o fornecimento energético para os países bálticos — Estônia, Letônia e Lituânia, países altamente dependentes do gás natural (100 %) e petróleo (cerca de 80 % a 90 %) russos — cerca de 40 vezes.

Em 2007, a interrupção do fornecimento de petróleo à Bielorrússia possibilitou que Moscou assumisse 50 % das ações na Beltransgaz. Em 2010, o Kremlin concedeu descontos, ameaçou aumentar os impostos de exportação, reduzir e interromper o fornecimento de gás e petróleo para coagir a Bielorrússia a entrar na União Aduaneira da Eurásia e conseguir os 50 % restantes da Beltransgaz (Cesnakas, 2016). Esse último objetivo foi alcançado pela Rússia em novembro de 2011, quando a Gazprom se tornou a única proprietária da Beltransgaz (Gazprom, 2012).

A Bielorrússia e a Armênia conservam uma política externa pró-Rússia porque dependem dos subsídios nos recursos energéticos fornecidos pela Rússia, e a suspensão desse benefício prejudicaria fortemente a economia, o que faz com que esses países tenham dificuldade em imprimir uma política externa mais independente e reduz fortemente a margem de ação diplomática (Aalto, 2012).

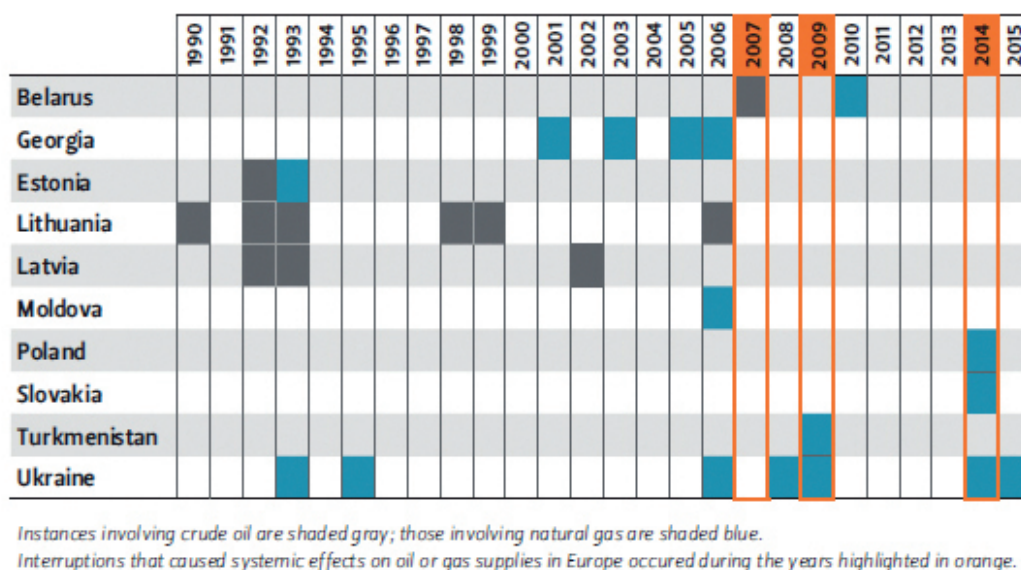
Em 2009, o corte de fornecimento de gás natural à Ucrânia atingiu 17 Estados europeus e foi o maior e mais longo bloqueio registrado até 2014. No final de 2013, Moscou solicitou o pagamento das dívidas de gás da Ucrânia com o objetivo de pressioná-la para não firmar acordos comerciais com a União Europeia e, com a não adesão ucraniana a tais acordos, o Kremlin mudou sua abordagem e concedeu descontos significativos no preço do gás natural (Cesnakas, 2016). Em 2014, durante a crise que culminou com a anexação da Crimeia pela Rússia, a Gazprom elevou os preços

do gás para Ucrânia e justificou sua atitude com os débitos ucranianos que se acumulavam desde janeiro de 2009 (Collins, 2017).

No quadro a seguir, podemos ver vários casos de “coerção energética” realizada pela Rússia entre

1990 e 2015. É notável o padrão de “alvos” russos: Estados pequenos sem grande poder político e, principalmente, ex-repúblicas soviéticas, com exceção da Polônia e da Eslováquia, que não fizeram parte da URSS, mas eram seus satélites europeus.

Quadro 1. Manipulação de preço ou fornecimento energético com motivações políticas pela Rússia



Fonte. Collins (2017, p. 3).

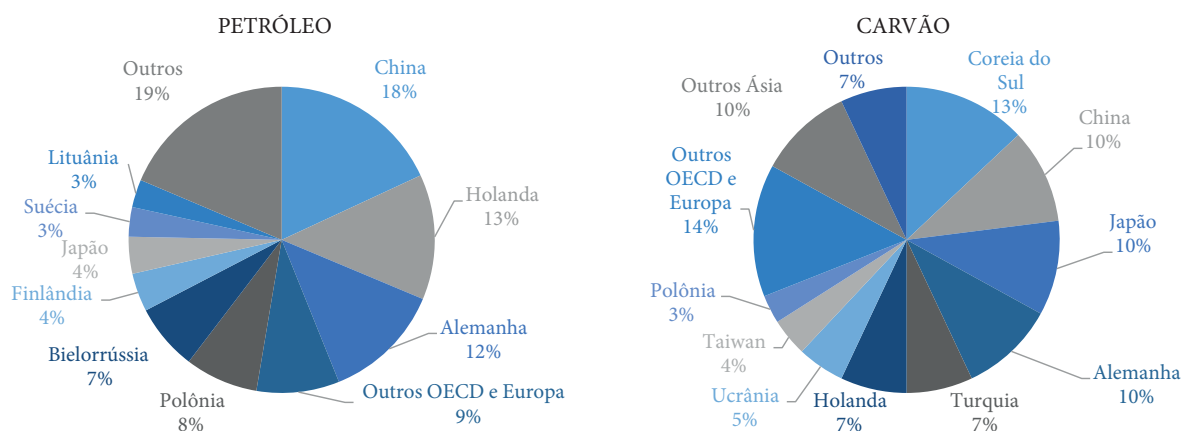
Os casos indicam que a Rússia acredita que pode sair impune se aplicar a “coerção energética” a Estados pequenos (como em 2006, quando a Transneft interrompeu o fluxo de petróleo à Lituânia) e, apesar de a prática não ter obtido os resultados esperados em algumas das ex-repúblicas soviéticas, Collins (2017) defende que ela ainda pode ser usada contra os Estados da Europa Ocidental, principalmente devido à inércia dos líderes europeus ante as

manipulações energéticas russas que seus vizinhos vivenciam. Contudo, há vários fatores que contradizem a possibilidade de a Rússia empregar a “coerção energética” ou a “*tap weapon*”¹⁰ nos países da Europa Ocidental, como veremos adiante.

Primeiro, faz-se necessário apresentar a relação energética entre a Rússia e a Europa. Os principais consumidores dos recursos energéticos russos são a Europa e a China (ver Gráficos 5 e 6).

10 “Arma da torneira”, expressão referente aos bloqueios de fornecimento energético a países relutantes às exigências russas (Sussex, 2014).

Gráfico 5. Destino das exportações russas de petróleo e carvão em 2016¹¹



Fonte. Elaboração própria a partir de dados da EIA (2017).

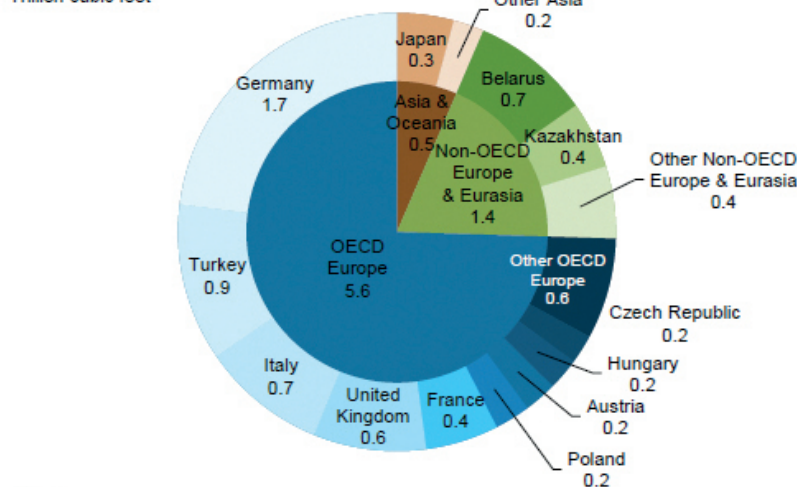
No gráfico acima, observa-se que a China (18 %) lidera o *ranking* do destino das vendas de petróleo russo, seguida pela Holanda (13 %) e pela Alemanha (12 %), além de outros países europeus. Quanto ao carvão, o gráfico indica que 40 % das exportações russas são enviadas para a Europa, porém a liderança individual cabe à Coreia do Sul (13 %) e à China (10 %).

Em relação ao gás natural, o Gráfico 6 apresenta a Europa como responsável por 75 % da produção russa. A China não figura entre os principais clientes de gás natural russo devido à sua produção interna e importações da Ásia Central, principalmente do Turcomenistão (Gabuev, 2015).

Gráfico 6. Destino das exportações russas de gás natural em 2016

Figure 7. Russia's natural gas exports by destination, 2016

Trillion cubic feet



Source: U.S. Energy Information Administration, based on Russian export statistics and partner country import statistics, Global Trade Tracker

Fonte. EIA (2017, p. 21).

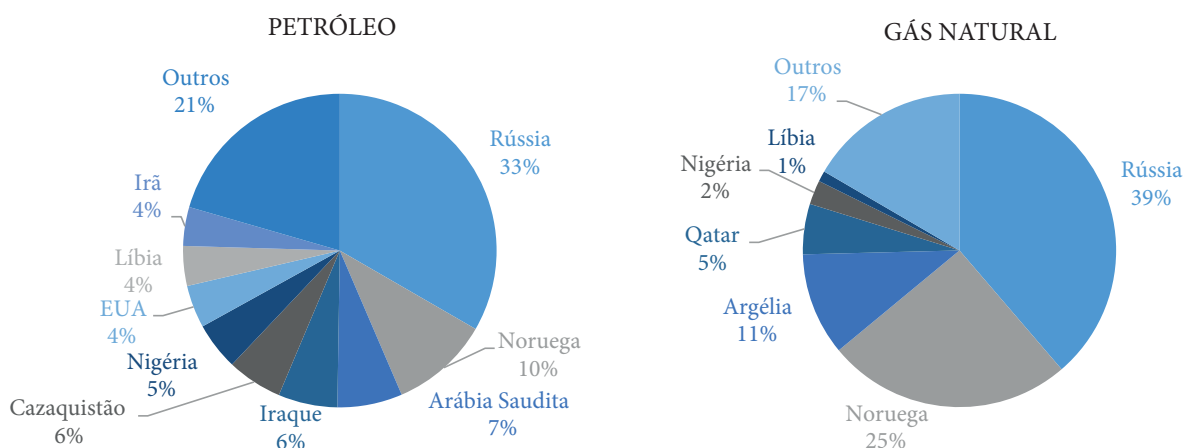
11 Os dados são de 2016, pois o único documento encontrado que disponibiliza essas informações foi produzido pela u.s. EIA em 2017.

Dentre os consumidores europeus, a Alemanha destaca-se como o país mais dependente dos recursos energéticos russos. Entre as importações energéticas da Alemanha, 40 % do petróleo, 35 % do gás natural e 32 % do carvão provêm apenas da Rússia (Amelang e Wettengel, 2019). Em razão disso, foi construído o gasoduto Nord Stream, que sai da Rússia direto para a Alemanha via Mar Báltico, e encontra-se em construção o Nord Stream 2¹², que realiza o mesmo percurso que o primeiro, com o objetivo de atender a demanda alemã e europeia em geral (Gazprom e).

A principal potência econômica europeia e a quarta economia mundial possui uma postura cooperativa com a Rússia conhecida como Ostpolitik. Fundamentada na parceria energética e comercial, a Ostpolitik está presente na política alemã nos últimos 40 anos e já faz parte da identidade da política externa daquele país (Siddi, 2018).

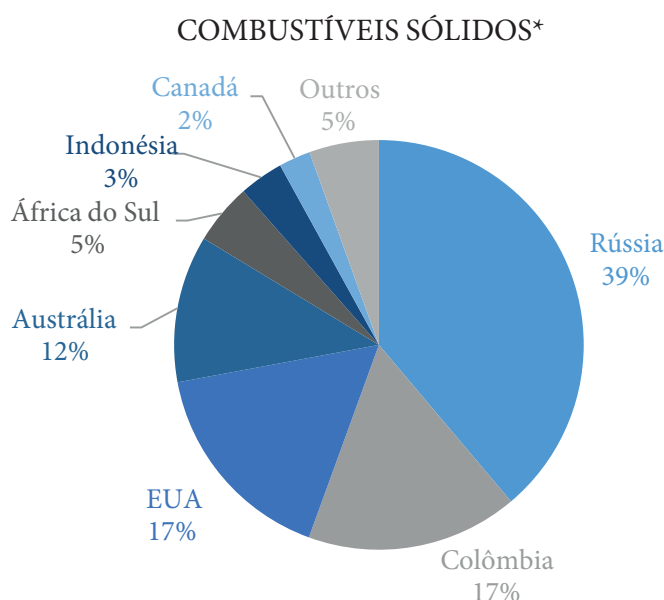
Todavia, não somente a Alemanha mas também a Europa possuem forte dependência do fornecimento energético russo. Os Gráficos 7 e 8 revelam a Rússia como responsável por mais de um terço das importações energéticas da União Europeia.

Gráfico 7. Origem das importações de petróleo bruto e gás natural da União Europeia em 2017



Fonte. Elaboração própria a partir de dados da Eurostat (2019).

12 Financiado pela Gazprom, Engie (francesa), OMV (austriaca), Royal Dutch Shell (anglo-holandesa), Uniper e Wintershall (alemães).

Gráfico 8. Origem das importações de combustíveis sólidos (carvão) da União Europeia em 2017

***Nota.** compostos principalmente por carvão.

Fonte. Elaboração própria a partir de dados da Eurostat (2019).

De fato, há países europeus, inclusive membros da União Europeia, que dependem consideravelmente dos recursos energéticos russos, como Alemanha, Estônia, Letônia e Lituânia. Contudo, isso varia de caso em caso, e a generalização pode ser perigosa e errônea.

Ao se observarem os gráficos de destino das exportações energéticas russas e os de origem das importações energéticas da União Europeia, percebe-se uma relação de interdependência. O fornecimento energético russo é tão importante para aquela quanto esse mercado consumidor é para a Rússia. Só o mercado europeu consome 75 % do gás natural (ver Gráfico 6), cerca de 60 % do petróleo bruto e 46 % do carvão (ver Gráfico 5) exportado pela Rússia, enquanto o país é responsável por fornecer 39 % do gás natural, 33 % do petróleo e 39 % do carvão (e demais combustíveis sólidos) importados pela União Europeia. Assim, a relação entre a Rússia e a União Europeia revela-se da seguinte forma: ou a Rússia, que é dependente desse mercado, ou no máximo os dois interagem de forma interdependente na questão energética.

Posto isso, apesar de Collins (2017) defender que a Rússia pode empregar a coerção energética

contra os países da Europa Ocidental, como fez com algumas ex-repúblicas soviéticas, essa suposição parece pouco provável, visto que esses dois grupos de Estados são bem distintos.

Os países do Leste e Centro Europeu, bem como as ex-repúblicas soviéticas, são: (1) Estados mais fracos (econômico, político e militarmente) do que os países da Europa Ocidental; (2) em geral, têm pouco contato com o gás natural liquefeito e com outras fontes de fornecimento e, por isso, a dependência do gás russo é bem maior que o restante da Europa; (3) fazem parte de uma região que a Rússia vê como sua tradicional zona de influência — o espaço pós-soviético —, o que a deixa mais confortável para empregar a coerção energética; por fim, (4) dependem muito mais dos recursos energéticos russos do que Moscou do seus respectivos mercados.

Os países da Europa Ocidental também necessitam do gás e petróleo russo, porém: (1) são Estados de maior peso político, econômico e militar — o que torna mais difícil tentar manipulá-los; (2) são mais integrados com o mercado energético global que os seus vizinhos do leste; (3) não possuem relações históricas de submissão a Moscou;

(4) são importantes parceiros comerciais da Rússia¹³; sobretudo, (5) possuem uma relação de interdependência energética com a Rússia (visto que a maioria deles compõe a União Europeia). Assim, aplicar diretamente a coerção energética a esses países seria prejudicial para a própria economia russa, que interromperia a exportação para um grande mercado consumidor, acarretando prejuízo imediato e arriscando perder a credibilidade como fornecedor estável, o que, em longo prazo, levaria esses países a buscar outro fornecedor. Logo, criar problemas com a Europa Ocidental é muito mais custoso e perigoso para a Rússia, que também pode sofrer uma retaliação comercial-econômico-financeira ou até criar inimizades políticas com grandes potências mundiais.

Observa-se, assim, que a utilização de recursos energéticos como arma política pela Rússia parece ser seletiva. Moscou adota a coerção energética com algumas ex-repúblicas soviéticas, altamente dependente de seus recursos, e com países mais “fracos” que não sejam seus parceiros comerciais essenciais. Portanto, a relação assimétrica (favorável à Rússia) em termos políticos, econômicos, comerciais¹⁴, históricos (passado como membro da URSS submetido a Moscou) e de dependência energética é o critério usado pelo Kremlin para utilizar a coerção energética como ferramenta de política externa (Korinman e Laughland, 2008).

Aplicar a coerção energética em relações de interdependência pode prejudicar seriamente a

economia russa visto que, nessas interações, o mercado consumidor abrange uma grande parcela das exportações e a interrupção da venda de recursos energéticos compromete, consequentemente, uma boa parte da entrada de divisas. Além disso, por serem importantes parceiros comerciais, esses países podem retaliar por meio da suspensão da importação de outros produtos russos e do bloqueio da exportação de produtos para a Rússia. Ademais, desavenças econômicas podem repercutir em questões políticas e diplomáticas, deteriorando as relações de Moscou com esses Estados.

O fato de a Rússia não ter interrompido o fornecimento de gás para a Europa mesmo no auge da crise da Ucrânia (2014) demonstra que Moscou não pretende incluir o comércio energético nos conflitos com a União Europeia (Siddi, 2018). O Kremlin realmente faz uso do comércio de gás para obter concessões políticas com os países da Comunidade dos Estados Independentes, porém não há nem incentivo nem uma evidência categórica que permita afirmar que Moscou usará o gás como instrumento de barganha política contra a União Europeia.

A estratégia é, na verdade, uma espécie de *soft power* para melhorar as relações com os parceiros do Sul e Oeste Europeu, por meio da construção de novos projetos de infraestrutura (Nord Stream e TurkStream, por exemplo). Isso torna as exportações de gás menos dependentes da Ucrânia, com a qual teve problemas e, principalmente, “despolitiza” o fornecimento de gás à Europa. Assim, não há evidências suficientes que comprovem a existência de uma ameaça à segurança energética da União Europeia decorrente do comércio de gás com a Rússia (Siddi, 2018).

Com Pequim, Moscou tampouco utiliza a coerção energética por a China se esquadrar mais nas características dos Estados da Europa Ocidental do que dos países do Leste e Centro Europeu. Em outras palavras, o antigo Império do Meio é uma potência econômica e militar; o principal parceiro comercial de Moscou — ocupa o primeiro lugar no *ranking* de origem das importações (com 20 %) e destino das exportações russas (com 11 %) (OEC, 2020a); possui uma relação de interdependência energética com a Rússia — dado que é o maior

13 A Alemanha é o segundo país no *ranking* de origem das importações russas com 12 %; a Itália é o quinto com 4,1 % e a França é o sexto com 3,4 %. Nos destinos das exportações russas, a Holanda está em segundo lugar com 8,1 % e a Alemanha em terceiro com 5,8 % (OEC, n.d.).

14 Por exemplo, a Rússia representa: 44 % das exportações e 56 % das importações da Bielorrússia; 9,2 % das exportações e 15 % das importações da Ucrânia; 11 % das exportações e 12 % das importações da Lituânia; 23 % das exportações e 29 % das importações da Armênia; 8,1 % das exportações e 9,8 % das importações da Letônia e 10 % das exportações e 9,7 % das importações da Estônia (OEC, n.d.). A relevância comercial desses países para a Rússia, por seu turno, é bem menor. Por exemplo, em termos de exportações e importações russas, respectivamente: Bielorrússia é responsável por apenas 5,4 % e 5,7 %; Ucrânia por 2,3 % e 1,9 %; Lituânia por 1,1 % e 1,3 %; Armênia por 0,33 % e 0,26 %; Letônia por 0,47 % e 0,45 % e Estônia por 0,48 % e 0,66 % (OEC, n.d.).

importador de petróleo e o segundo maior consumidor de carvão russo (ver Gráfico 5), e a Rússia seu principal fornecedor de petróleo (15,41 %) e o quarto maior fornecedor de carvão (11,67 %); é integrada ao mercado energético global, ou seja, possui outros fornecedores relevantes de petróleo (África Ocidental, com 15,47 %, e Arábia Saudita, com 12,2 %) e carvão (Austrália, com 35 %, Indonésia, 31 %, e Mongólia, com 15,9 %) (BP, 2019b).

Por essas razões, ao invés de utilizar os recursos energéticos como ferramenta de coerção contra a China, a Rússia utiliza-os como instrumento de aproximação e cooperação, buscando estabelecer uma relação amistosa com o gigante asiático. Essas relações, para além de um instrumento de política externa, inserem-se também nos propósitos da Nova Rota da Seda (NRS), a qual representa o amadurecimento da inserção global da China (Pautasso, 2019). Por meio de um projeto de interação econômica global, a China transita de uma diplomacia *low profile* observada nos períodos de Deng Xiaoping para uma maior projeção assertiva em cenário global. A NRS cria uma agenda global de atuação por meio de corredores logísticos terrestres e marítimos que superam os vetores tradicionais de política externa. Trata-se de uma integração, inicialmente, eurasiática, e, atualmente, de envergadura global. A Rússia entra nesse processo como um ator relevante. Além da contenção estadunidense, a Rússia, como um parceiro estratégico regional-global, fortalece os mecanismos de atuação chinesa regional.

A cooperação energética sino-russa abrange comércio de recursos energéticos, investimentos no setor energético, participação em ações, desenvolvimento de infraestrutura, intercâmbio de tecnologias, projetos de energia nuclear e até explorações no Ártico (Yilmaz e Daksueva, 2019, pp. 2, 10). Mais especificamente, a cooperação energética sino-russa envolve: (1) realização de acordos (como os de 2005, 2009, 2013 e 2014) em que empresas chinesas — como a Corporação Nacional de Petróleo da China, o Banco de Desenvolvimento da China (*China Development Bank*) e a Sinopec — concedem empréstimos a companhias russas de energia — como Rosneft, Transneft, Novatek e Gazprom — em troca de fornecimento energético

a longo prazo (Trevisan, 2005; Paxton e Soldatkin, 2009; BBC, 2013; Clover, 2013a; Rosneft, 2013; RT, 2013; Gazprom; Pallardy, 2020) (2) construção de dutos que interligam seus países — Eastern Siberia-Pacific Ocean e Power of Siberia (Gazprom c) e (3) investimento chinês em projetos energéticos russos — como o Projeto Yamal LNG (*Liquefied Natural Gas*) (Africa Reuters, 2016; EFE, 2017; Sputnik, 2018) e o desenvolvimento dos campos russos de exploração de gás e petróleo da Sibéria Oriental, de Russkoye e Yurubcheno-Tokhomskoye (Yilmaz e Daksueva, 2017).

Os acordos firmados com a China em 2009 e 2013 ilustram bem a cooperação energética entre os dois Estados. No acordo de 2009, o *China Development Bank* concedeu um empréstimo de USD\$ 25 bilhões para a Rosneft e a Transneft, e, em contrapartida, a Rosneft deve fornecer 15 milhões de toneladas de petróleo para China anualmente durante 20 anos (Paxton e Soldatkin, 2009). Na negociação de 2013, por sua vez, foi acordado que a Rosneft receberia USD\$ 270 bilhões e, em contrapartida, enviaria 300 mil barris de petróleo/dia à China durante 25 anos (BBC, 2013).

A China tem contribuído com a política externa russa, contudo destacam-se em dois pontos: (1) diversificação da demanda energética, visto que o mercado energético russo ainda é muito concentrado na União Europeia (responsável por quase 75 % das exportações russas de gás natural (EIA, 2017); e (2) fornecimento de capital para investimentos na infraestrutura energética — que apresenta muita depreciação e atraso tecnológico (Kuznetsova, N. e Kuznetsova, E., 2015).

Essas contribuições tornaram-se ainda mais importantes a partir de 2014, quando as sanções ocidentais impostas a Moscou após a anexação da Crimeia pela Rússia limitaram o acesso de algumas instituições financeiras estatais russas ao mercado de capitais ocidental, isolando-as dos centros financeiros de Londres e Nova York. Nesse contexto, autoridades russas buscaram substituir o crédito ocidental pelas instituições financeiras chinesas. Spivak e Foy (2019) apresentam o investimento chinês na Rússia entre 2003 e 2018. Nesse estudo, nota-se que, em 2014 — ano da deflagração da Crise da Ucrânia e das subsequentes sanções

ocidentais impostas a Moscou —, a China disparou investimentos na Rússia e, nos anos seguintes, embora o nível de investimentos tenha diminuído, ainda se mantiveram superiores ao período anterior à crise da Ucrânia (com exceção apenas de 2010). Esse fato pode ser visto como uma demonstração do apoio de Pequim a Moscou e boicote às sanções impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

Dessa forma, a China oferece a Moscou uma alternativa às instituições financeiras do Ocidente e ao mercado energético europeu, o que proporciona maior liberdade de ação para a Rússia nas questões que o país diverge do Ocidente, como a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da União Europeia, as Revoluções Coloridas e a crise da Ucrânia (2014). Ademais, as importações energéticas e os investimentos chineses fomentam a economia russa, dado que o setor energético é o carro-chefe. Assim, a China contribui com o desenvolvimento e a modernização econômica, com a adoção de uma política externa independente — devido a maior margem de manobra de ação — e consequentemente auxilia (indiretamente) a reinserção internacional da Rússia como potência, todos objetivos de política externa do país (MFA, 2016).

Por sua vez, o fornecimento energético russo contribui com a redução da dependência chinesa dos hidrocarbonetos do Oriente Médio e da África Ocidental (cujo transporte para a China é realizada por rotas marítimas que atravessam o Estreito do Malaca, local suscetível a bloqueios caso os Conflitos no Mar do Sul da China se agravem), representando uma alternativa para China, o que tranquiliza o país quanto a seu suprimento energético e proporciona liberdade para agir com mais assertividade nos conflitos no mar do sul da China sem se preocupar com um potencial estrangulamento energético devido a um bloqueio naval estadunidense (Yilmaz e Daksueva, 2019).

Yilmaz e Daksueva (2019) afirmam que a cooperação energética sino-russa ajudou a expandir a relação para outras áreas por meio da criação de uma sinergia para explorar pontos políticos e econômicos de convergência, contribuindo, assim, para que os dois países adotem a mesma postura em relação a outros assuntos. Dessa forma,

Rússia e China compartilham, atualmente, vários interesses e objetivos, ambos defendem: (1) o fim da hegemonia estadunidense; (2) a promoção da multipolaridade; (3) o enfraquecimento da leitura liberal/ocidental dos direitos humanos; (4) a preservação dos princípios da soberania dos Estados e a não interferência nos assuntos internos; (5) a conservação do sistema de direito internacional; (6) a salvaguarda do papel da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança nos assuntos internacionais (Lukin, 2018; Kaczmarek, 2015; Ribeiro, 2015); (7) a reforma do sistema financeiro internacional — com a finalidade de aumentar a participação de países orientais no Banco Mundial e no FMI, e ampliar o uso de moedas regionais no comércio internacional (Bolt, 2014); (8) o combate ao separatismo e (9) a promoção da estabilidade política e do desenvolvimento econômico da Ásia Central (Lukin, 2018).

Apesar de possuírem interesses energéticos conflitantes na Ásia Central — região que possui grandes reservas de gás natural¹⁵ —, China e Rússia desejam diminuir a influência estadunidense e manter a estabilidade na região, para isso buscam erradicar os “três males” — “terrorismo, separatismo e extremismo religioso” —, limitar as bases militares estadunidenses na Ásia Central e impedir a eclosão de novas Revoluções Coloridas (Ziegler, 2010, pp. 233-237). O principal instrumento de cooperação entre os dois países na Ásia Central é a Organização da Cooperação de Xangai, bloco de integração regional asiático liderado conjuntamente pela China e pela Rússia (Ribeiro, 2015).

Enfim, percebe-se que a instrumentalização dos recursos energéticos na política externa russa difere enormemente conforme o país com que ela se relaciona.

Considerações finais

Vladimir Putin enxergou na matriz energética a melhor fórmula para a Rússia reconquistar sua

15 A Ásia Central é responsável por 12,1 % das reservas mundiais de gás natural (Turcomenistão sozinho comporta 9,9 %), como região é ultrapassada apenas pelo Oriente Médio (38,4 %), com destaque para o Irã (16,2 %) e o Qatar (12,5 %) (BP, 2019).

posição de preponderância no cenário internacional. Para recuperar a economia da crise em que a nação mergulhou na década de 1990 e reestabelecer a influência do país, seu plano envolveu: (1) renacionalizar as companhias energéticas; (2) desenvolver o setor energético, atraindo investimento estrangeiro e superando o isolamento da infraestrutura, e (3) utilizar os recursos energéticos como instrumento de política externa.

No processo de renacionalização das empresas energéticas, Moscou tornou-se acionista majoritária da Gazprom, Rosneft, Transneft, Yugansneftegaz e Sibneft Oil. Tal resultado foi alcançado por meio da estatização das propriedades, ameaças de processo judicial e assédio de autoridades fiscais. Quando Dmitri Medvedev assumiu a Presidência em 2008, boa parte das privatizações realizadas por Boris Yeltsin já havia sido revertida.

Com o intuito de atrair investimentos, o Kremlin realizou reformas tributárias que criaram um ambiente mais favorável à recepção de capital estrangeiro. Tais medidas lograram significativo êxito, dado que os investimentos estrangeiros na Rússia se encontravam praticamente estagnados na década de 1990 e cresceram consideravelmente a partir de 2002. O isolamento da infraestrutura foi outro obstáculo superado, visto que houve a construção e/ou conclusão de 17 *pipelines*, representando a expansão da infraestrutura distributiva russa no século XXI.

Com o setor energético modernizado e sob controle estatal, a Rússia pôde empregar, de forma eficaz, os recursos energéticos como ferramenta de política externa. Essa instrumentalização basicamente aconteceu de duas formas: (1) com países dependentes dos recursos russos e relativamente isolados do mercado energético mundial, aplicando-se a coerção energética com o intuito de manter sua esfera de influência, e (2) com nações que a Rússia possui uma relação de interdependência energética, aproveitando-se o poder econômico desses Estados para estabelecer cooperações que visam ao investimento em infraestrutura energética. Essas práticas redundaram na manutenção de uma política externa pró-Rússia em vários Estados onde Moscou aplicou a coerção energética — como, por exemplo, a Bielorrússia e

a Armênia — e no estabelecimento de importantes parcerias com países, valendo-se dos recursos energéticos como ferramenta de aproximação e cooperação — a exemplo da construção do gasoduto Nord Stream 2 com financiamento alemão, francês, austríaco e anglo-holandês e dos empréstimos obtidos pela Rosneft e pela Transneft com a China mediante fornecimento energético a longo prazo. Tais cooperações, pela própria natureza, perpetuam a interdependência.

Assim, a política energética implementada por Putin-Medvedev foi essencial para recuperar a Rússia da crise econômica, política e social que assolou o país nos anos 1990 e reinseri-la no cenário internacional. É fato que a elevação nos preços do petróleo e gás natural no presente século contribuíram significativamente para o desafio proposto pelos dirigentes russos, entretanto os benefícios dessa alta perduraram devido ao esforço bem-sucedido de renacionalização das empresas energéticas, que possibilitou ao Estado ter acesso aos ganhos das exportações energéticas e reinvesti-lo no desenvolvimento do país. Ademais, o resgate do controle estatal sobre essas empresas permitiu a conversão de poder energético em objeto de barganha na política externa, maximizando a volta do urso russo ao tabuleiro geopolítico internacional.

Por fim, é necessário destacar a relevância do presidente Putin enquanto ator central para o alcance desses resultados, posto que, ao enxergar na indústria energética o setor estratégico do país, apontou o caminho que a Rússia deveria trilhar para voltar a ser uma potência internacional relevante. Longe de pretender aqui esgotar o tema, a presente contribuição se apresenta com o intuito de fornecer uma análise do que muitos chamaram de “renascimento russo” a partir do setor energético, na expectativa de que outros trabalhos auxiliem no suprimento dessa importante lacuna na bibliografia ocidental, que é entender o papel e centralidade da Rússia no século XXI.

Referências

- Aalto, P. (2012). *Introduction*. Em: Aalto, P. (ed.). *Russia's energy policies: National, interregional and global levels* (pp. 3-19). Elgar Publishing Limited.

- Africa Reuters (2016, 3 maio). *Fitch: Yamal lng deal with Chinese banks benefits Novatek and Total*. <https://af.reuters.com/article/commoditiesNews/idAFfit957700>
- Ahmed, N. (2014). *Ukraine crisis is about Great Power oil, gas pipeline rivalry*. <https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/mar/06/ukraine-crisis-great-power-oil-gas-rivals-pipelines>
- Akgun, L., Hopoglu, S. e Kunu, S. (2015). Foreign direct investment in Russia: Unfavorable investment climate, uneven distribution. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 5(8). <http://dx.doi.org/10.6007/IJARBS/v5-i8/1774>
- Baumann, F. (2008). Energy security as multidimensional concept. *CAP: Center for Applied Policy Research*, 1, 1-14. <http://www.cap.lmu.de/download/2008/CAP-Policy-Analysis-2008-01.pdf>
- BBC (2013, 21 junho). *Rosneft in \$270bn China oil supply deal*. <http://www.bbc.com/news/business-23000827>
- Bolt, P. J. (2014). *Sino-Russian relations in a changing world order*. *Strategic Studies Quarterly*, 8(4), 47-69. <http://www.jstor.org/stable/26270816>
- British Petroleum [BP]. (2019a). *BP Statistical review of world energy*. <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/country-and-regional-insights/russia.html>
- British Petroleum [BP]. (2019b). *BP Statistical review of world energy* (68a ed.). <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>
- Cesnakas, G. (2016). *Energy resources as the tools of foreign policy: The case of Russia*. *Lithuanian foreign policy review* 35, 9-40. <http://dx.doi.org/10.1515/lfpr-2016-0002>
- Chenoy, A. M. e Kumar, R. (2017). *Re-emerging Russia: Structures, institutions and processes*. Palgrave Macmillan.
- Clover, C. (2013a, 21 junho). Russia and China agree \$270bn oil deal. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/ebc10e76-da55-11e2-a237-00144feab7de>
- Clover, C. (2013b, 23 outubro). Russian puzzle proves hard to crack. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/d1d20a5a-358c-11e3-b539-00144feab7de>
- Collins, G. (2017). *Russia's use of the "energy weapon" in Europe*. *Rice University's Baker Institute for Public Policy*, 1-8. https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/ac785a2b/BI-Brief-071817-CES_Russia1.pdf
- Depersio, G. (2019, 6 maio). *Why did oil prices drop so much in 2014?* <https://www.investopedia.com/ask/answers/030315/why-did-oil-prices-drop-so-much-2014.asp>
- Deutsche Welle [DW]. (2019, 26 dezembro). *Russia can complete Nord Stream 2 pipeline by itself: Kremlin*. <https://www.dw.com/en/russia-can-complete-nord-stream-2-pipeline-by-itself-kremlin/a-51800591>
- EFE (2017, 8 dezembro). Putin inaugura gigantesca usina de gás liquefeito no Ártico. <https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/putin-inaugura-gigantesca-usina-de-gas-liquefeito-no-artico/50000243-3461837#>
- El mundo. (2014, 5 maio). *Cronología de la crisis ucraniana*. <http://www.elmundo.es/internacional/2014/02/18/53038275ca4741015a8b457e.html>
- Ellyatt, H. (2019, 18 dezembro). *us greenlights sanctions on mega Russia-EU gas pipeline, but it's probably too late*. <https://www.cnn.com/2019/12/18/us-sanctions-on-nord-stream-2-pipeline.html>
- Eurostat. (2019, 19 junho). *Main origin of primary energy imports, EU-28, 2007-2017 (% of extra EU-28 imports, based on tonnes of oil equivalent)*. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Main_origin_of_primary_energy_imports,_EU-28,_2007-2017_\(%25_of_extra_EU-28_imports,based_on_tonnes_of_oil_equivalent\).png&oldid=437777](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Main_origin_of_primary_energy_imports,_EU-28,_2007-2017_(%25_of_extra_EU-28_imports,based_on_tonnes_of_oil_equivalent).png&oldid=437777)
- Forbes, A. (2019, 15 fevereiro). *Russia's hunger for second eastern gas outlet grows*. <https://www.petrolium-economist.com/articles/politics-economics/europe-eurasia/2019/russia-s-hunger-for-second-eastern-gas-outlet-grows>
- Forbes (2018). *Russia's top 10 largest companies 2018*. <https://www.forbes.com/pictures/5b18024d4bbe-6f74868bc4c2/8-tatneft/#7766301276a1>
- Francis, D. (2018, 20 março). *Why Nord Stream 2 isn't just an ordinary pipeline*. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/why-nord-stream-2-isn-t-just-an-ordinary-pipeline>
- Gabuev, A. (2015). A "soft alliance"? Russia-China relations after the Ukraine crisis. *European Council on Foreign Relations (ECFR)*, fevereiro, 1-11. https://www.files.ethz.ch/isn/188414/ECFR126_-_A_Soft_Alliance_Russia-China_Relations_After_the_Ukraine_Crisis.pdf
- Gazprom. (2012, 4 abril). *Beltransgaz returns to Gazprom Family*. <http://www.gazprom.com/press/news/reports/2012/beltransgaz-photo-reportage/>
- Gazprom. (2018, 31 dezembro). *Shares*. <http://www.gazprom.com/investors/stock/>

- Gazprom. (2019a). *Blue stream: Russian natural gas supplies to Turkey*. <http://www.gazprom.com/projects/blue-stream/>
- Gazprom. (2019b). *Sakhalin — Khabarovsk — Vladivostok: The first interregional gas transmission system in eastern Russia*. <http://www.gazprom.com/projects/skhv/>
- Gazprom. (2019c). *Nord Stream: The gas pipeline directly connecting Russia and Europe*. <http://www.gazprom.com/projects/nord-stream/>
- Gazprom. (2019d). *Power of Siberia: The largest gas transmission system in Russia's East*. <https://www.gazprom.com/projects/power-of-siberia/>
- Gazprom. (2019e). *TurkStream: Gas exports to Turkey and southern and Southeastern Europe*. <https://www.gazprom.com/projects/turk-stream/>
- Gazprom. (2019f). *Nord Stream 2: A new export gas pipeline running from Russia to Europe across the Baltic Sea*. <https://www.gazprom.com/projects/nord-stream2/>
- Gazprom. (2019g). *Gas Pipelines*. <http://www.gazprom.com/projects/#pipeline>
- Gazprom Export. (2019). *Transportation*. <http://www.gazpromexport.ru/en/projects/transportation/>
- Gel'man, V. (2014). The rise and decline of electoral authoritarianism in Russia. *Demokratizatsiya*. 22(4), 503-522. https://eu.spb.ru/images/M_center/503-522_Gelman.pdf
- Goldman, M. I. (2008). *Petrostate: Putin, power, and the new Russia*. Oxford University Press.
- Gustafson, T. (2020). *The Bridge: Natural gas in a redivided Europe*. Harvard University Press.
- Haines, A. F. e Brandalise, A. G. (2018). Política energética da Rússia: efeitos na inserção internacional do país. *UFRGS/FCE/DERI*, 1-18. https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2018/01/TD01_brandalise_haines.pdf
- Hydrocarbons technology. *Baltic Pipeline System — 2*. <https://www.hydrocarbons-technology.com/projects/baltic-pipeline-system2/>
- Hydrocarbons technology. *Zapolyarye-Purpe oil pipeline*. <https://www.hydrocarbons-technology.com/projects/zapolyarye-purpe-oil-pipeline/>
- Kaczmarek, M. (2015). *Russia-China relations in the post-crisis international order*. Routledge.
- Kononczuk, W. (2008, 22 outubro). *The East Siberia/Pacific Ocean (ESPO) oil pipeline: A strategic project — An organisational failure? CES Commentary: Centre for Eastern Studies*, 12. https://www.files.ethz.ch/isn/93805/commentary_12.pdf
- Korrinman, M. e Laughland, J. (orgs). (2008). *Russia: A new Cold War?* Vallentine Mitchell Academic.
- Kramer, A. E. (2007, 29 maio). Kremlin aim of monopoly threatens BP gas venture. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2007/05/29/business/worldbusiness/29rusoil.html>
- Kundnani, H. (2006, 25 outubro). Russia investigates Shell's Sakhalin-2 project. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2006/oct/25/energy.oilandpetrol>
- Kuznetsova, N. V. e Kuznetsova, E. V. (2015). Energy strategy of the Russian Federation. *Mediterranean Journal of Social Sciences — MCSER Publishing*, 6(5), 160. <https://www.mcser.org/journal/index.php/mjss/article/view/7474>
- Lankina, T. e Niemczyk, K. (2015). *Russia's foreign policy and soft power*. Em D. Cadier e M. Light (orgs.), *Russia's foreign policy: Ideas, domestic politics and external relations*. Palgrave Macmillan.
- Left, S. (2001, 28 dezembro). Opec announces oil output cut. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/business/2001/dec/28/oil.sarahleft>
- Leichtova, M. (2014). *Misunderstanding Russia: Russian foreign policy and the West*. Ashgate Publishing Company.
- Levitsky, S. e Way, L. (2010). *Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War (Problems of International Politics)*. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511781353>
- Li, X., Liu, X. e Wang, Y. (2015). *A model of China's state capitalism*. 72. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2061521>
- Lioudis, N. K. (2018, 20 abril). *What causes oil prices to fluctuate?* <https://www.investopedia.com/ask/answers/012715/what-causes-oil-prices-fluctuate.asp>
- Lukin, A. (2018). Russia, China, and the emerging greater Eurasia. Em G. Rozman e S. Radchenko (eds.), *International relations and Asia's Northern Tier: Sino-Russia relations, North Korea, and Mongolia* (pp. 75-93). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-10-3144-1_5
- Makarov, I. e Morozkina, A. (2015). *Regional Dimension of Foreign Direct Investment in Russia*. <https://saiia.org.za/research/drivers-of-regional-integration-value-chains-investment-and-new-forms-of-co-operation/>
- Market Screener. Novatek Pao [НВТК]. (2019). <https://www.marketscreener.com/NOVATEK-PAO-9059308/company/>
- Mascotto, G. (2010). *Demystifying Russia's energy strategy toward China: Strategic manipulation or unwitting*

- vulnerability? Centre d'études sur l'intégration et la mondialisation [CEIM].
- MCNabb, D. E. (2016). *Vladimir Putin and Russia's Imperial Revival*. CRC Press: Taylor & Francis Group.
- Mello, J. (2014, 4 abril). *Moniz Bandeira fala sobre a questão da Crimeia*. <https://jornalggn.com.br/noticia/moniz-bandeira-fala-sobre-a-questao-da-crimea>
- Ministry of Foreign Affairs [MFA] (2016, 30 novembro). *Foreign policy concept of the Russian Federation*. http://www.mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B6Z29/content/id/2542248?p_p_id=101_INSTANCE_CptICk6B6Z29&_101_INSTANCE_CptICk6B6Z29_languageId=en_GB
- Ministry of Energy of Russian Federation [MoE]. (2009). *Energy Strategy of Russia for the period up to 2030. Approved by Decree N°1715-r of the Government of the Russian Federation dated 13 November*. Moscow 2010. [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf)
- Mitrova, T. e Yermakov, V. (2019). *Russia's energy strategy-2035: Struggling to remain relevant*. Russie.Nei. Reports, No. 28, Ifri, December. <https://www.ifri.org/en/publications/etudes-de-lifri/russieneireports/russias-energy-strategy-2035-struggling-remain>
- Mohapatra, N. K. (2013). *Energy security and Russia's Foreign Policy*. Centre for Rising Powers: Department of Politics and International Studies, University of Cambridge, 1-36. https://www.researchgate.net/publication/323401319_Energy_Security_and_Russia's_Foreign_Policy
- Mordyushenko, O. (2018, 15 janeiro). LUKoil will pay tribute to the shareholders. *Russian Business Weekly*. <http://www.rbweekly.com/2018/01/15/lucoil-will-pay-tribute-shareholders>
- New Europe. (2008, 26 janeiro). *Omsk-Pavlodar-Atasu-Alashankou oil starts flowing*. <https://www.neweurope.eu/article/omsk-pavlodar-atasu-alashankou-oil-starts-flowing>
- The Observatory of Economic Complexity [OEC]. (2020a). *Countries*. <https://oec.world/en/profile/country/nor/>
- The Observatory of Economic Complexity [OEC]. (2020b). *Russia*. <https://oec.world/en/profile/country/rus/>
- Official Journal of the European Union. (2014). *Regulations: Council Regulation (EU) No 269/2014 of 17 March 2014 concerning restrictive measures in respect of actions undermining or threatening the territorial integrity, sovereignty and independence of Ukraine*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0269&from=GA>
- Pautasso, D. (2019). A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. *Estudos Internacionais*, 7(2), 85-100.
- Paxton, R. e Soldatkin, V. (2009, 17 fevereiro). *China lends Russia \$25 billion to get 20 years of oil*. <https://uk.reuters.com/article/uk-russia-china-oil-sb/china-lends-russia-25-billion-to-get-20-years-of-oil-idUKTRE51G3S620090217>
- Proninska, K. (2007). Energy and security: Regional and global dimensions. *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, disarmament and international security* (215-240). <https://www.sipri.org/yearbook/2007/06>
- Putin, V. V. (2006). Vladimir Putin's Academic Writings and Russian Natural Resource Policy. Mineral Natural Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. *Problems of Post-Communism*, 53(1), 48-54. <https://doi.org/10.2753/ppc1075-8216530105>
- Ribeiro, E. H. (2015). A expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): uma coalizão anti-hegemônica. UFRGS.
- Rosneft. (2013, 22 outubro). *Rosneft and sinopec agree memorandum on prepaid export contract*. <https://www.rosneft.com/press/releases/item/24362>
- Rosneft. (2019, 1 junho). *Shareholder structure*. https://www.rosneft.com/Investors/Equity/Shareholder_structure/
- RT (2013, 22 outubro). *Russia and China strengthen trade ties with \$85 billion oil deal*. <https://www.rt.com/business/rosneft-china-sinopec-oil-537>
- Rusletter. (2018, 22 junho). *Alekperov and Fedun will get more than a billion dollars from Lukoil*. http://rusletter.com/articles/alekperov_and_fedun_will_get_more_than_a_billion_dollars_from_lukoil
- Russia Beyond. (2013, 29 março). Rosneft é nova líder em produção mundial de petróleo. https://br.rbth.com/economia/2013/03/29/rosneft_e_nova_lider_em_producao_mundial_de_petroleo_18279
- Siddi, M. (2018). *Identities and vulnerabilities: The Ukraine crisis and the securitisation of the EU-Russia gas trade*. Em K. Szulecki (ed.), *Energy security in Europe: Divergent perceptions and policy challenges* (pp. 251-273). Palgrave Macmillan.
- Spivak, V. e Foy, H. (2019, 5 maio). Russia struggles to attract Chinese capital to its Far East. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/d4cf3486-681b-11e9-a79d-04f350474d62>
- Sputnik. (2018, 4 janeiro). *Veja por que a Coreia do Sul quer aumentar laços econômicos com a Rússia*. <https://br.sputniknews.com/asia-ociania/2018010410214458-Coreia-do-Sul-quer-aumentar-lacos-economicos-com-a-Russia/>

- Sussex, M. (2014). Russian Foreign Policy and the Asia-Pacific Power Shift. Em R. E. Kanet e R. Piet (eds.), *Shifting priorities in Russia's foreign and security policy* (pp. 205-223). Ashgate Publishing Company.
- Tagliapietra, S. (2018, 4 julho). *Beyond Nord Stream 2: A look at Russia's Turk stream project*. <http://bruegel.org/2018/07/beyond-nord-stream-2-a-look-at-russias-turk-stream-project/>
- Tass. (2019, 30 novembro). *Turk stream launch scheduled for January 8 in Istanbul — Erdogan*. <https://tass.com/economy/1094419>
- The Central Bank of the Russian Federation. (2018). *Direct Investment in the Russian Federation: Flows by Industry*. http://www.cbr.ru/eng/statistics/?Prtd=s-vs&ch=ITM_32347#CheckedItem
- The Central Bank of the Russian Federation. (2019a). *Direct Investment in the Russian Federation: Flows by Instrument and Partner Country*. http://www.cbr.ru/eng/statistics/macro_itm/svs/#CheckedItem
- The Central Bank of the Russian Federation. (2019b). *Direct Investment of the Russian Federation Abroad: flows by Instrument and Partner Country*. http://www.cbr.ru/eng/statistics/macro_itm/svs/#CheckedItem
- Transneft. (2019). *History*. <https://en.transneft.ru/about/story/>
- Trenin, D. (2015). Russian Foreign Policy as Exercise in Nation Building. Em D. Cadier e M. Light (orgs.), *Russia's foreign policy: Ideas, domestic politics and external relations* (pp. 30-41). Palgrave Macmillan.
- Trevisan, C. (2005, 3 fevereiro). China ajuda Rússia em reestatização da Yukos. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0302200533.htm>
- U.S. Energy Information Administration [EIA]. (2017). *Country Analysis Brief: Russia*. https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Russia/russia.pdf
- United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD]. (1999). *Russian Federation — Federal Law on Foreign Investments*. UNCTAD Division on Investment and Enterprise. <https://investmentpolicy.unctad.org/investment-laws/laws/87/russian-federation-foreign-investment-law>
- United Nations Conference on Trade and Development Statistics [UNCTAD Stat]. (2020). *Foreign direct investment: Inward and outward flows and stock, annual*. <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/table-View.aspx?ReportId=96740>
- Voice of America [VOA]. (2014, 26 setembro). *Secretive Russian oil giant has no fear of sanctions*. <https://www.voanews.com/europe/secretive-russian-oil-giant-has-no-fear-sanctions>
- World Bank Group. (2018). *Russia Economic Report May 2018*. <http://pubdocs.worldbank.org/en/162681527086868170/RER-39-Eng.pdf>
- World Bank. (2019a). *GDP growth (annual %) — Russian Federation*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU>
- World Bank (2019b). *Exports of goods and services (% of GDP) — Russian Federation*. <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?locations=RU>
- Xu, B. e Reisinger, W. M. (2019). Russia's energy diplomacy with China: Personalism and institutionalism in its policy-making process. *The Pacific Review*, 32(1), 1-19. <https://doi.org/10.1080/09512748.2018.1428675>
- Yergin, D. (2014). *A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno* (A. B. Rodrigues, trad.). Intrínseca.
- Yilmaz, S. e Daksueva, O. (2019). The energy nexus in the China-Russia strategic partnership. *International Relations of the Asia-Pacific*, 19(1), 63-88. <https://doi.org/10.1093/irap/lcx003>
- Ziegler, C. E. (2010). Russia and China in Central Asia. Em J. Bellacqua (ed.), *The future of China-Russia relations* (pp. 233-265). The University Press of Kentucky.